



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Votação e apuração serão acompanhadas em programação especial

## TV Senado vai cobrir eleições neste domingo 2

## Combate ao bullying está previsto em quatro projetos 3

## CPI do Cachoeira recebe mais dados de telefônicas 3

## Rádio concorre a prêmio por reportagem sobre motos 2

# Comissões devem votar este mês aumento de gastos da União na saúde

Projetos de lei em tramitação nas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania estabelecem que o governo federal aplique pelo menos 10% da receita corrente bruta na melhoria das ações e dos serviços de saúde pública

**O**s senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço estão propondo mudanças na Lei Complementar 141/12, que foi sancionada no início deste ano e define percentuais mínimos de investimento em saúde pública pela União, estados e municípios. Para eles, a nova legislação não conseguiu viabilizar mais recursos para o

setor. Pela lei, a União deve investir a cada ano o mesmo valor gasto no ano anterior acrescido da variação do produto interno bruto (PIB). Segundo Flexa, o mecanismo é falho e mantém distorções que vêm se acumulando ao longo dos anos, com o aumento de gastos por estados e municípios e a diminuição das verbas federais. **4**



Moreira Manz/Agência Senado

No caso de estados e do DF, responsável pelo Hospital Regional da Asa Norte (foto), lei define gasto mínimo em 12% da receita

## Jornal do Senado



### Você vai curtir estar bem informado

Acompanhe as principais notícias direto no seu Facebook. É só curtir a página do Jornal do Senado.  
[www.facebook.com/jornaldosenado](http://www.facebook.com/jornaldosenado)

 **JORNAL DO SENADO**



Neste domingo, cerca de 70 profissionais vão transmitir as principais notícias sobre a votação e a apuração em todo o país, com especialistas analisando os desafios dos eleitos nos municípios

## TV Senado fará cobertura especial das eleições

A TV SENADO preparou uma programação especial para a cobertura das eleições municipais. Neste domingo, cerca de 70 profissionais estarão envolvidos na transmissão das principais notícias sobre a votação e a apuração em todo o país. A cobertura terá análise de especialistas ao vivo.

Ao longo do dia, equipes vão mostrar toda a movimentação, direto do Tribunal Superior Eleitoral, e acompanhar as justificativas de voto no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, onde não há eleições para prefeito e vereador.

Além de exibir reportagens especiais, a emissora também produzirá notícias com um balanço do domingo e transmitirá boletins atualizados sobre o clima das eleições, direto de Luziânia (GO), no Entorno de Brasília.

Das 18h30 às 20h30, o consultor legislativo do Senado Carlos Rocha e o historiador da Universidade de Brasília Antônio Barbosa analisarão os desafios dos eleitos, com enfoque na configuração política e na agenda do Congresso. O programa será ancorado por Ronaldo Martins.

Desde 27 de setembro a TV Senado vem exibindo reportagens especiais sobre as eleições. Houve informações básicas para o eleitor sobre a Lei da Ficha Limpa, as funções do prefeito e das câmaras municipais, o sistema proporcional de votação e o impacto da eleição na internet.

Os telejornais também destacaram a participação das mulheres nas eleições. Pela primeira vez, o número de candidaturas femininas superou a cota de 30% na disputa proporcional. Este ano, concorrem 137.910 candidatas (31,6%).

## Rádio Senado chega à final do Prêmio CNT

A Rádio Senado está na final da 19ª edição do Prêmio CNT de Jornalismo, da Confederação Nacional do Transporte, com a série de reportagens "Globo da morte — os perigos do trânsito para os motociclistas". O resultado final sairá no mês que vem. Em cinco episódios veiculados em agosto no programa *Conexão Senado*, a série aborda os altos índices de acidentes com motos.

O trabalho é de Roberto Fragoso (reportagem e a apresentação), Rodrigo Resende (produção), Jefferson Dalmoro

(edição), André Menezes e Josevaldo Souza (técnica de áudio). Houve participação especial de Raquel Teixeira, Tiago Medeiros, Alexandre Campos e Olivio Calábria.

As reportagens podem ser ouvidas em <http://bit.ly/radiosenadomotos>. O primeiro capítulo traz dados de acidentes e mortes de motociclistas e a visão de setores ligados à saúde pública. O segundo mostra as condições de trabalho de motofretistas e mototaxistas. O terceiro aborda os motociclistas amadores e

o uso de álcool e drogas. O quarto explica deficiências na formação de condutores. O último traz a importância das motos para o transporte e propostas para mais segurança.

A série mescla reportagens com depoimentos e entrevistas. Entre os entrevistados, estão Paulo Davim (PV-RN), Ana Amélia (PP-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O assunto é abordado em vários projetos de lei em tramitação e foi tema de audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em maio.

## Maestro João Carlos Martins abrirá Semana do Servidor

O pianista e maestro João Carlos Martins fará na segunda-feira uma palestra e uma apresentação no Senado.

Martins é um dos mais respeitados intérpretes da obra de Bach. Em razão de uma série de acidentes, que limitou os movimentos de suas mãos, hoje dedica-se especialmente à regência.

A palestra, *Superando Obstáculos: a música venceu*, está marcada para as 16h, no Auditório Petrônio Portella.

Logo em seguida, João Carlos Martins tocará acompanhado de um quinteto de Brasília. A entrada é franca e sem restrição de idade.

Os dois eventos abrirão uma série de homenagens prestadas pelo Senado ao Dia do Servidor Público, que se comemora em 28 de outubro.

No mesmo auditório, na terça-feira, haverá apresentações musicais do grupo Tambores de Resposta e do Projeto Música para Crianças, da Universidade de Brasília (UnB).

Na quarta-feira, será inaugurada a exposição *Era uma Vez... 85 anos de direitos garantidos para as crianças*, com painéis que narram a evolução do direito da infância no Brasil.

Serão distribuídas pipas com mensagens ligadas ao tema, álbuns de figurinhas e exemplares do Estatuto



Pianista também falará no Senado sobre superação de obstáculos

da Criança e do Adolescente (ECA) em quadrinhos desenhados pelo cartunista Mauricio de Sousa.

### Futebol e xadrez

Além dos eventos abertos, serão realizadas atividades voltadas para o público interno do Senado, como um café da manhã para os novos servidores e homenagens aos antigos, previstos para a semana seguinte.

Durante todo o mês, haverá palestras sobre administração, acessibilidade e saúde. Está prevista a apresentação de um grupo de samba.

Em parceria com a Associação dos Servidores do Senado Federal, será realizado o 1º Torneio Esportivo do Legislativo, com futebol, natação, sinuca e xadrez.

As comemorações se encerrarão no dia 31, com uma apresentação do Coral do Senado. No mesmo dia, será lançada a campanha de Natal.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Segurança de motociclistas foi tema de campanha em Brasília durante a Semana Nacional de Trânsito, em setembro

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Discursos

9h Sessão não deliberativa

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



## CPI do Cachoeira recebe 80 CDs sobre ligações telefônicas

A CPI do Cachoeira recebeu nos últimos dias 80 CDs com informações sobre pessoas e empresas investigadas. Os dados, das operadoras Oi e Nextel, são resultantes de quebras de sigilo telefônico. Entre as pessoas que tiveram informações enviadas pelas operadoras, estão os governadores do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), e de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).

Os CDs também contêm informações telefônicas do prefeito de Palmas, Raul Filho (PT); da atual mulher de Carlinhos Cachoeira, Andressa Mendonça; da ex-mulher de Cachoeira, Andréa Aprígio; da construtora Delta, de propriedade de Fernando Cavendish; e do ex-senador Demóstenes Torres, que foi cassado sob acusação de usar o mandato em favor da organização.

Denúncias apontam a existência do chamado Clube do Nextel, formado por pessoas que tentavam evitar grampos. A lista com documentos recebidos pela comissão está no link <http://bit.ly/CPICachoeira>.

## Publicidade contra drogas pode ser exibida nos cinemas

Está pronto para ser votado na CE projeto de lei da Câmara dos Deputados que obriga a exibição em cinemas, antes de cada sessão, de filme publicitário sobre as consequências do uso de drogas lícitas e ilícitas. De acordo com o projeto (PLC 49/07), os custos de distribuição e exibição serão cobertos pelo Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Relatora do projeto na comissão, Ana Amélia (PP-RS) apresentou voto favorável. Para ela, o cinema exerce poder sobre o comportamento dos espectadores. "Ficou patente o quanto o cinema foi utilizado para propagandar o uso do cigarro ou mesmo do álcool", afirmou. A senadora defende que o combate às drogas seja assumido por todos os segmentos da sociedade, incluído o dos exibidores cinematográficos.

Após exame da CE, o projeto da Câmara seguirá para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT), onde receberá votação final no Senado.

# Senadores discutem medidas para combater o *bullying* nas escolas

Prática repetida de agressões e intimidações pode virar crime no novo Código Penal e gerou quatro projetos de lei para prevenção

CONSTATADO EM DIVERSAS escolas do país, o *bullying* — intimidações e agressões praticadas repetidamente contra uma pessoa — vem chamando a atenção dos senadores: quatro projetos de lei visam contribuir para a proteção de crianças e adolescentes.

No projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/12), que vem sendo analisado por uma comissão especial no Senado, a criminalização do *bullying* é prevista no tipo denominado intimidação vexatória.

O tema também foi discutido em audiências públicas. Em novembro de 2011, na Comissão de Direitos Humanos, o promotor de Justiça de Mato Grosso do Sul Sérgio Harfouche disse que a autoridade de professores e diretores deve ser reforçada. Ele sugeriu que a escola tenha o poder de determinar a adoção de medidas disciplinares e educacionais mais rígidas para estudantes que cometerem práticas caracterizadas como *bullying*.

## Cultura da paz

O PLS 178/09, de Paulo Paim (PT-RS), altera artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes. Aprovado em votação final pela Comissão de Educação e Cultura (CE), o texto já foi encaminhado para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto de Paim estabelece como princípio a ser considerado no ensino a superação de todas as formas de violência, internas e externas à escola, na perspectiva da construção de uma cultura da paz.

O texto determina também uma periodicidade mínima de 15 dias para as reuniões dos conselhos escolares, em horários compatíveis para todos e com incentivo à participação de representantes da comunidade local,



A superação da violência dentro das escolas e nas comunidades próximas a elas é objetivo de um dos projetos em análise

especialmente das áreas de saúde, segurança, cultura, esportes e ação social.

De acordo com o projeto, pelo menos um terço da carga horária semanal remunerada nos estabelecimentos de ensino deve ser reservado para estudos, planejamento, avaliação e integração com as comunidades escolar e local. Além disso, as escolas públicas dos ensinos fundamental e médio devem ter, no quadro de pessoal, profissionais habilitados na manutenção dos espaços educativos, que incluam o zelo pela segurança escolar e pelas relações pacíficas com a comunidade local.

## Dois projetos responsabilizam escolas pelo ambiente seguro

O PLS 228/10, de Gim Argello (PTB-DF), também pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir entre as incumbências das escolas a promoção de ambiente seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate à prática de intimidação e agressão recorrentes na comunidade escolar. O projeto também já foi aprovado pela Comissão de Educação e está tramitando na Câmara dos Deputados.

De autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o PLS 196/11 pretende igualmente modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para dispor sobre o combate ao *bullying* nas escolas. O texto aguarda inclusão na ordem do dia desde dezembro de 2011, mas o voto do relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), não é favorável ao projeto, com o argumento de que o conteúdo é muito semelhante ao do projeto de Gim Argello.

## Comissão analisa forma de proteger os professores

O PLS 191/09, também de Paim, estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional, além de prever medidas protetivas para os casos de violência contra o professor.

O projeto está na Comissão de Direitos Humanos para exame do relator, Ricardo

Ferraço (PMDB-ES), cujo voto é pela rejeição da proposta. Ele alega que a ênfase na aplicação de medidas punitivas e repressivas contra os alunos agressores — e de proteção policial e judicial aos professores agredidos — reforça a percepção de que professores e alunos são antagonistas, e

não parceiros, na educação.

Uma abordagem mais construtiva, segundo Ferraço, poderia partir de intervenções de cunho pedagógico, psicológico e socializador para abordar diretamente as frustrações e a eventual rebeldia dos alunos, promovendo a conscientização sobre a parceria e sobre as

respectivas responsabilidades no processo educativo.

Ferraço considera importante contrastar responsabilidade e hierarquia, compreensão e sujeição, e prevenção da violência e a repressão, sem prejuízo da aplicação de medidas socioeducativas, caso haja agressões.



Pedro Franco/Agência Senado



Sala de espera do Hospital Regional da Asa Norte, em Brasília: senadores debatem duas propostas para garantir maior investimento público em saúde

# Projetos elevam gastos da União com saúde

Duas comissões devem votar este mês propostas que determinam aplicação mínima de 10% das receitas correntes brutas para melhorar serviços e ações no setor

DUAS COMISSÕES DO Senado — a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) — deverão votar este mês projetos que vinculam parte das receitas da União a gastos com saúde pública.

Na CAS, há dois projetos de lei complementar sobre o assunto: um da Câmara (PLC 89/07, do ex-deputado Roberto Gouveia) e outro do Senado (PLS 156/07, do ex-senador Marconi Perillo).

O tema chegou à CAS com decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) favorável à vinculação de 10% das receitas correntes brutas da União. A CAE contrariou relatório da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP) que considerava a matéria prejudicada por ter sido objeto de outro projeto de lei do Senado (PLS 121/07), convertido na Lei Complementar 141/12.

O texto que está na CAS é resultado de um voto em separado de Flexa Ribeiro



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Marta, Lei Complementar 141/12 é suficiente para orientar o tema

(PSDB-PA) e obriga a União a elevar gradualmente os gastos com saúde pública até atingir o percentual mínimo no prazo de quatro anos.

Flexa lembra que a Emenda Constitucional 29/00 acrescentou ao Ato de Disposições Constitucionais Transitórias artigo estabelecendo percentuais mínimos de 12% da receita própria para estados e Distrito Federal e 15% para municípios. Para a União, foi fixado um mínimo vinculado à despesa do ano anterior, acrescida da variação do PIB.

Esse mecanismo, conforme



Lin de Paula/Agência Senado

Segundo Flexa, mecanismo previsto na lei atual é "absolutamente falho"

o senador, foi mantido na Lei Complementar 141/12 e se mostra "absolutamente falho". Segundo ele, uma análise da evolução dos gastos públicos brasileiros com a saúde, por esfera de governo, revela a fragilidade da fórmula estabelecida há 12 anos.

Em 2000, argumenta Flexa, a União arcava com 60% do total dos gastos públicos brasileiros em saúde. Em uma década, a parcela caiu para 45%. Em movimento inverso, os estados aumentaram as despesas de 18,5% para 27%, e os municípios, de 21,5% para 28%.

## Ferraço quer nova regra para investimento federal no SUS

Está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à espera de relator, um projeto que obriga a União a aplicar em saúde pública ao menos 10% das receitas (PLS 11/12 — Complementar). A iniciativa é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

A Lei Complementar 141/12, sancionada no início deste ano para regulamentar a Emenda Constitucional 29/00, determina que a União aplique na saúde o valor do exercício financeiro anterior acrescido da variação do produto interno bruto (PIB).

Em 2011, a União destinou à saúde R\$ 78,9 bilhões, o que equivale a 7% da receita. Para 2012, seguindo a determinação legal, a União acrescentará R\$ 7 bilhões à saúde — pelo projeto de lei em análise, o acréscimo seria de R\$ 34 bilhões.

Ferraço reconhece que a Lei Complementar 141/12 regulamentou vários aspectos de grande importância para a melhoria da saúde pública. O parlamentar argumenta, contudo, que o ponto central — a viabilização de mais recursos para a saúde — não foi resolvido satisfatoriamente na nova lei.

Após votação na Comissão de Justiça, o projeto será examinado pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ferraço quer que 10% das receitas da União sejam destinadas à saúde

## Multa para empresa que pagar menos a mulher



Waldemir Barreto/Agência Senado

A empresa que discriminar empregados nos salários por causa de sexo, idade, cor ou situação familiar poderá ser punida com multa equivalente ao dobro da diferença salarial praticada mês a mês durante o contrato de trabalho.

A proposta está na pauta da CAE, que deverá analisar o substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR) a dois projetos — o PLC 130/11, do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), e o PLS 136/11, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Jucá apresentou recurso para que a matéria, que havia sido aprovada terminativamente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), fosse votada pelo Plenário. O senador requereu também a tramitação na CAE, que deverá agora votar o novo texto, incorporando uma série de emendas.

## Projeto troca correção de dívidas trabalhistas



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou um projeto de lei que altera o índice de correção monetária dos débitos trabalhistas, substituindo a Taxa de Referência (TR), hoje adotada pela Justiça do Trabalho, por outros índices oficiais de inflação.

Ao defender o projeto (PLS 351/12), argumenta que a TR "não é sequer um índice de atualização monetária calculado na perda de valor da moeda, mas um índice de juros que tem sofrido reduções e expurgos, sendo hoje inferior a índices oficiais como o IPCA, o INPC e o IGP".

Além disso, lembra que uma taxa mais baixa prejudica quem espera receber os débitos, pois estimula o devedor a recorrer a uma série de procedimentos judiciais visando atrasar o pagamento e, assim, pagar ao final um valor corroído pelo tempo.

O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

## Idoso doente pode ficar livre de ir a órgão público



Moreira Mariz/Agência Senado

Mais um benefício poderá ser incluído no Estatuto do Idoso.

Um projeto de lei em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proíbe a exigência de que idoso doente compareça a órgãos públicos para resolver temas de próprio interesse ou de terceiros (PLC 45/12).

Se o interesse partir do poder público, de acordo com a proposta, a autoridade deverá providenciar uma visita domiciliar. Quando se tratar de questão de interesse pessoal, o idoso doente poderá indicar um procurador.

"A iniciativa se destina a concretizar e a garantir os direitos fundamentais dos idosos previstos no texto constitucional", escreveu o relator, Benedito de Lira (PP-AL), no parecer favorável à proposta.

Depois de passar pela Comissão de Justiça, o projeto de lei será enviado para a Comissão de Direitos Humanos.